

Brasil e neoliberalismo: entre a ortodoxia e o neodesenvolvimentismo

Julia Gomes e Souza¹

RESUMO: o presente trabalho tem como tema geral a relação entre classes sociais, Estado e neoliberalismo no Brasil. Procura-se aqui apresentar diferentes perspectivas que analisam as diferenças e continuidades entre os governos Lula e FHC e apontar qual delas melhor nos permite identificar como as alterações na política econômica podem significar mudanças na dinâmica intraclasses dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, Brasil.

Introdução

O início do século XXI foi marcado pela ascensão de governos progressistas na América Latina, diferentes análises apontavam para um momento de crise do neoliberalismo, em que se observava a reação de diferentes segmentos da sociedade frente aos resultados de décadas de políticas neoliberais no subcontinente. Empresas públicas de setores estratégicos foram privatizadas, houve o aumento do desemprego e da precarização do trabalho. A política econômica restritiva, que logrou conter a inflação (requisito fundamental para a abertura financeira), impôs grandes sacrifícios ao setor produtivo dada a dificuldade de crédito e a escassez de incentivos estatais para a produção, além da abertura comercial ter exposto o mercado interno à concorrência de produtos estrangeiros, não só no setor de bens de consumo, como também no de peças e equipamentos industriais.

De modo geral, as políticas neoliberais atingiram prioritariamente as classes exploradas e também fizeram vítimas junto às camadas médias da população e às burguesias internas (Quijano, 2004: 75). A reestruturação produtiva possibilitou não só a ampliação das taxas de desemprego, como também o aumento do trabalho precarizado. Boa parte dos Estados, guardando as especificidades da estrutura e do processo político de cada formação social, tiveram reduzida a capacidade de efetivar políticas sociais, houve a privatização de diversas empresas estatais, ao mesmo tempo em que as economias latino-americanas, em decorrência da desregulamentação financeira, se tornavam cada vez mais vulneráveis às constantes crises financeiras. Mesmo os organismos internacionais como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a Cepal (Comissão Econômica Para a América Latina) e a ONU apontaram em textos e em documentos que as políticas de “liberalização” nos países “em desenvolvimento” não haviam atingido os resultados esperados (Dupas, 2004: 4-5).

A crise do neoliberalismo se tornou latente quando, ainda no final do século XX, emergiram uma série de movimentos populares de resistências às políticas neoliberais e aos governos responsáveis por elas. O ponto de partida foi para Quijano (2004:77) o “Caracazzo” de 1989. A partir de então, protestos contra a continuidade dessas políticas se proliferaram pela América Latina. No México, em 1994, emergiram as lutas em Chiapas, conduzidas pelo EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional); na Venezuela, houve a tentativa de golpe por parte de Chávez em 1992 e sua eleição em 1998; na Bolívia observou-se a ascensão do movimento camponês-indígena na Bolívia a partir de 1995, entre outros. No início do século XXI, presidentes foram obrigados a se afastar do cargo em função da mobilização popular. Como exemplos, pode-se apontar a crise política na Argentina em 2001, a queda dos governos Sánchez de Lozada, em 2003 e Carlos Mesa, em 2005, na Bolívia e Gutiérrez, também em 2005, no Equador. A crise do neoliberalismo levou à ascensão, na América Latina, de governos autodefinidos como de “esquerda” e identificados com as classes populares.

¹ Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil.

“o fracasso do neoliberalismo e as formidáveis resistências populares, que se desencadearam na região, precipitaram a ascensão de novos governos com um compromisso, pelo menos discursivo, de abandonar as políticas que haviam mergulhado numa crise cada vez mais profunda” (Boron, 2007: 13).

No Brasil, a eleição de Lula em 2002 foi vista como a parte integrante desse processo. Finalmente, o torneio mecânico, liderança histórica do movimento operário da década de 1970 e fundador do Partido dos Trabalhadores, chegaria à presidência da República. Vislumbrava-se a possibilidade de reversão da linha política neoliberal e de resgate do velho desenvolvimentismo, aquele dos anos 50 e 60, de caráter democrático e nacional. Entretanto, o que se observa após dez anos de governo do PT no Brasil é que as mudanças ocorridas ficaram aquém das desejadas (e prometidas). No presente trabalho buscaremos contribuir para o debate sobre o grau dessas mudanças, de que modo elas podem representar alterações na correlação de forças no Estado brasileiro? É possível falarmos em superação do neoliberalismo no Brasil?

Entre a ortodoxia e o neodesenvolvimentismo

Existe no Brasil um amplo debate sobre as continuidades e as mudanças entre os governos FHC e Lula. Não pretendemos aqui dar conta de todas as perspectivas analíticas que trabalham com o tema, mas acreditamos ser necessário traçar um panorama geral das análises existentes, de modo a nos situarmos no debate. Almeida (2012: 690-691) propõe a classificação desse debate em três correntes distintas.

A primeira delas enfatiza as alterações na política econômica e social do governo brasileiro a partir do primeiro mandato de Lula². Segundo essa perspectiva, houve uma mudança no padrão de crescimento brasileiro, marcada pela ampliação do peso da demanda interna no PIB brasileiro, impulsionada pela melhora na distribuição de renda no país, resultado das políticas de aumento real no salário mínimo, de transferência de renda e de facilitação do crédito às classes populares. Esses autores tendem a concluir que o crescimento recente da economia brasileira (a partir de 2004 especialmente) está relacionado à ampliação do consumo. Ricardo Carneiro (2010), um dos representantes dessa perspectiva, não acredita na possibilidade de perpetuação desse “modelo” de crescimento. Para ele, existem limites de eficácia nos atuais instrumentos de incentivo ao consumo: não será possível a manutenção do ritmo de crescimento do salário mínimo e das políticas de transferência de renda.

Assim, se a combinação entre ampliação do multiplicador, o consumo autônomo e o investimento induzido foram capazes de deslocar o crescimento do produto para um patamar médio de 4,5% ao ano, será necessário, nos próximos anos, contar com outras fontes de crescimento, para assegurar ou mesmo ampliar esse nível. (Carneiro 2010: 23)

Carneiro ressalta que desde o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2006, o governo brasileiro vem incrementando o investimento estatal em infraestrutura, construção civil e produção energética, com destaque para a produção petrolífera, o que inclui atividades à ela atreladas,

² Para Almeida, os autores que se articulam em torno da Rede Desenvolvimentista podem ser classificados como pertencentes a esse grupo. Segundo ele: “Alguns afirmam que o desenvolvimentismo foi a marca deste governo (e do atual) e merece maior aprofundamento e congruência. Esta é a posição defendida pela Rede Desenvolvimentista, criada em novembro de 2011, com a forte iniciativa de um grupo que se estrutura principalmente em torno do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon) do Instituto de Economia da Unicamp e de professores da UFRJ. A RD mantém ramificações com órgãos governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência e Tecnologia” (Almeida 2012: 690).

como a construção de navios e plataformas para a exploração de petróleo. Entretanto, adverte o autor, a ampliação dos investimentos é limitada pelas altas taxas de juros e pelo câmbio valorizado.

Apesar de ser possível identifica certo otimismo na análise desses pensadores em relação aos rumos tomados pela política econômica e social durante o governo Lula, eles possuem críticas significativas em relação a manutenção da política de juros altos, de superávit primário e de câmbio valorizado. Insistem que tais políticas inibem o investimento produtivo e expõem a indústria local á concorrência dos produtos importados que chegam aqui a preços baixos.

Tais autores criticam também a incapacidade do Estado em conter o processo de desindustrialização da economia brasileira, caracterizado pelos índices negativos de crescimento industrial³; a reprimarização das exportações brasileira, calculada a partir da redução do peso dos produtos manufaturas e semi-industrializados na pauta das exportações brasileiras⁴, e importação crescente de peças e equipamentos industriais tendo como consequência o fechamento de setores produtivos. A solução para esse quadro passaria pela adoção de um “Programa de desenvolvimento econômico”, que tenha como base o mercado interno e que contenha uma política industrial efetiva, que altere as políticas de abertura econômica, de cambio valorizado e de juros altos. (Cano, 2011: 162 -163)

Os autores adeptos dessa perspectiva de análise se proclamam defensores do “social-desenvolvimentismo”, que segundo Carneiro,

Como a qualificação sugere, nessa estratégia o social é o eixo do desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via a ampliação do consumo - de bens públicos e privados - das massas. Nessa vertente se propõe a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado. (Carneiro, 2012).

A segunda corrente de pensamento que analisa a evolução recente da formação social brasileira ressaltam os aspectos de continuidade entre os governos FHC e Lula. Com uma abordagem bastante crítica, enfatiza-se que nos governos Lula houve a manutenção do “modelo liberal periférico”, caracterizado por Reinaldo Gonçalves (2012) a partir de três eixos: “ liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro.” Segundo ele:

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política

³ Wilson Cano levanta alguns dados para fundamentar seus argumentos: “O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) 2011 reafirmou em 23 de dezembro de 2011 sua visão crítica, advertindo que em 2011 houve um sério agravamento da crise industrial. Com efeito, em 2012, a taxa média de crescimento da indústria de transformação no período janeiro-junho foi – 4%. Tornou-se a mais grave queda dos setores de bens de capital (-12,5%) e de bens de consumo durável (-9,4%), tendo os setores de bens intermediários (-2,5%) e o de consumo não durável (-0,3%) quedas menores” (Cano, 2012: 08).

⁴ Cano analisa a composição das exportações brasileiras como um dos indicadores do processo de desindustrialização da economia e resalta que no caso das manufaturas “o peso das exportações dos produtos indicados na balança exportadora brasileira, de pouco mais de 60% em 2000, passa a apenas 36,7% em 2011. Mesmo no segmento de semi-industrializados, observa-se que a curva também é descendente. Ainda há quem não aceite a ideia de que se possa estar passando por um processo de desindustrialização” (Idem, ibidem: 12)

econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica. (Gonçalves, 2012: 663)

Os pensadores dessa corrente dedicam especial atenção à dominância do capital financeiro no atual modelo de acumulação capitalista⁵. Leda Paulani argumenta que nos anos 2000 o Brasil consolida sua posição de formação social dependente no sistema internacional. Num sistema internacional marcado pelo processo de financeirização, o Brasil teria se transformado numa “plataforma de valorização financeira”. A autora destaca o papel ativo do Estado Brasileiro nesse processo, garantido altas remunerações ao capital financeiro através da manutenção de altas taxas de juros, o que acaba por inibir o investimento no setor produtivo. Segundo Paulani,

A economia brasileira é hoje uma economia financeirizada, com um acelerado processo de centralização de capitais e completamente integrada ao capitalismo rentista dominante. A principal ferramenta para a engorda dos recursos de rentistas internos e externos é o Estado. É o Estado que sustenta, sem nenhuma razão teórica ou empírica que a justifique, a maior taxa real de juros do mundo. Por essa via, ele destina uma parte substantiva da renda real gerada pela economia brasileira para a sustentação do rentismo. Do ponto de vista externo, isso significa que uma parte da mais valia extraída dos trabalhadores torna-se renda dos detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos, sendo o Estado justamente o maior deles. Colocando-se como emergente plataforma de valorização financeira, a economia brasileira atrai capital de forma crescente, o que sobrevaloriza ainda mais nossa moeda, aumentando os ganhos e fechando o circuito. Com a taxa de câmbio valorizada, ficam também muito mais baratas as transferências de lucros e dividendos para o exterior, o que estimula essas remessas. (Paulani, 2012: 97 – 98).

A manutenção da política do tripé taxas de juros altas, moeda valorizada e política de superávit primário durante os governos Lula reflete, para esses pesquisadores, a preponderância dos interesses do capital financeiro na definição das políticas de Estado. Não veem, portanto, mudanças significativas na condução da política de Estado⁶.

Uma terceira interpretação sobre os rumos do neoliberalismo no Brasil busca identificar os elementos de continuidade e de mudança entre os governos Lula e FHC, tendo como foco central os estudos das relações entre Estado e classes dominantes. Segundo essa perspectiva, o neoliberalismo, até o presente

⁵ Parte importante dessas análises é influenciada pelo pensamento de François Chesnais na caracterização da atual configuração do sistema capitalista, enfatizam a centralidade adquirida pelo capital financeiro, entendido como “capital portador de juros”, segundo Chesnais, “esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recolhidos a títulos de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos” (Chesnais, 2005: 35)

⁶Paulani destaca a continuidade da preponderância dos interesses do capital financeiro na definição das políticas de Estado durante o governo Lula, “A descomunal influência que hoje detêm os interesses rentistas está relacionada à atual fase experimentada pelo capitalismo - a de um movimento de acumulação que se processa sob a dominância da valorização financeira e que torna atraentes as periferias do sistema não mais como alternativas para a expansão industrial, mas como plataformas de ganhos rentistas. O modelo macroeconômico seguido pelo Brasil de Lula espelha essa dominância. É isso o que está na raiz da servidão financeira do Estado, traduzi da na hiperortodoxia da política monetária” (Paulani, 2008: 143)

momento, passou, ou passa, por duas fases distintas. A primeira delas, pode ser classificada de “neoliberalismo ortodoxo” iniciada no governo de Fernando Collor de Melo e consagrada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Boito Jr., em diversos textos⁷, analisa os três eixos principais que nortearam as políticas governamentais durante o período (a diminuição e redução das políticas sociais e dos chamados “direitos de terceira geração”; abertura comercial e a desregulamentação financeira e a política de privatização) como uma série de círculos concêntricos e busca identificar como cada uma dessas políticas afeta de forma diferente as diferentes frações da burguesia, mas privilegiando os interesses do grande capital financeiro internacional e da fração da burguesia brasileira plenamente integrada ao imperialismo.

A segunda fase do neoliberalismo brasileiro se inicia com o governo Lula (2003-2010), quando é ocorrem mudanças importantes na condução da política econômica se comparado a seu antecessor, FHC (1995-2002). Tais mudanças representam alterações significativas na correlação de forças no interior do bloco no poder, onde se observa o fortalecimento da burguesia interna em detrimento da burguesia integrada (“compradora”). Segundo Boito jr:

(...) a trajetória recente da política econômica do Estado brasileiro é tal que os interesses da grande burguesia interna têm um peso cada vez maior nas iniciativas e medidas do Estado brasileiro. O marco inaugural desse processo foi a passagem, em 2002, da “era FHC” para a “era Lula”. Mais tarde, em 2006, na passagem do primeiro para o segundo Governo Lula, a ascensão política da grande burguesia interna no interior do bloco no poder tornou-se mais evidente. O projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista. (Boito Jr., 2012: 70)

Com base em tal análise, a fase mais recente do neoliberalismo pode ser classificada como neodesenvolvimentista, o “*desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico*” (Idem, ibidem: 71). “Neo” desenvolvimentista, pois desenvolvimentismo atual trás grandes diferenças do desenvolvimentismo dos anos 1930-1980: possuiu índices de crescimento infinitamente menores dos observados no período desenvolvimentista; é conivente com “especialização regressiva” da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo privilegia setores de baixo valor agregado, como o processamento de produtos agrícolas e a indústria de transformação; se desenvolve com um foco voltado para o mercado externo, para as exportações. Aqui cabe destaque para a atuação do Estado brasileiro na promoção da expansão da grande burguesia interna brasileira para exterior, com foco no hemisfério sul, a partir de recursos financiados pelo BNDES.

Para Boito Jr, apesar da existência de elementos de continuidade entre o primeiro e o segundo governo de Lula, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da posição da burguesia interna no bloco no poder, é possível identificar dois momentos diferentes na “era Lula”. O primeiro deles corresponde ao primeiro governo Lula (2003-2006), quando há a adoção uma “tática defensiva”, em que o governo busca evitar conflitos com a burguesia integrada e o capital financeiro internacional. O segundo momento, inicia-se após a resolução da crise política do Mensalão, em 2005. Resolução esta que passou pela manifestação explícita de apoio ao governo de setores importantes da burguesia interna⁸. Tal apoio foi fundamental para que o governo adotasse a partir de 2006, e no decorrer do segundo governo Lula (2007-2010), uma tática ofensiva de implementação da política neodesenvolvimentista e,

⁷Apenas a título de exemplo podemos citar o debate feito pelo autor sobre como as políticas de neoliberais impactaram de maneira distintas as diferentes frações da burguesia nos textos de 2005, de 2006, de 2007 e de 2012.

⁸ Boito Jr (2012) resgata o posicionamento do empresariado organizado entorno da Fiesp, que criticavam o imobilismo gerado pelo trancamento da pauta do Congresso Nacional pela CPI do Mensalão.

portanto, de maior confronto com os interesses da burguesia integrada e do capital financeiro internacional.

A desativação a frio da ALCA, a diplomacia e a política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no hemisfério sul, o fortalecimento das relações da economia brasileira com as economias sul-americanas, o congelamento do programa de privatização, o fortalecimento econômico e político das empresas estatais remanescentes e o novo papel do BNDES na formação de poderosas empresas brasileiras nos mais diferentes segmentos da economia, essa política econômica configura um conjunto de medidas que tende a priorizar os interesses da grande burguesia interna em detrimento, muitas vezes, dos interesses da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional. (idem, *ibidem*: 83)

Outro elemento importante na análise de Boito Jr. sobre o governo petista diz à hipótese da formação, ainda no governo FHC, de uma frente política “neodesenvolvimentista” composta por setores das classes dominantes, a burguesia interna, que figura como força social dirigente em seu interior, e por setores das classes dominadas, “baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal” (Boito Jr. 2012b: 04), que em menor medida e de maneira diferenciada, viram suas condições de vida melhor com as políticas governamentais. Segundo Boito Jr. (2012b) a frente neodesenvolvimentista é a base de sustentação política dos governos petistas. Essa é uma hipótese importante e que está ausente das demais vertentes de análise, ela fornece explicação para o fato do governo do Partido dos Trabalhadores apesar de claramente privilegiar os interesses da grande burguesia brasileira, preserva seu apoio junto às classes populares e á parcela significativa dos movimentos sociais e sindicatos que as representam.

Considerações finais

Dentre as três vertentes de análise levantadas acima, acredita-se que a terceira é a que melhor contribui para a análise da história recente da política brasileira. Ao trabalhar como uma concepção de classe que comporta a existência de fracionamentos no interior da classe burguesa, permite relacionar as mudanças na política econômica operadas durante o governo Lula, com as alterações na correlação de forças de forças intraclasses dominantes. Chamariamos atenção, entretanto, para um aspecto: a ideologia que justifica e legitima a política econômica neodesenvolvimentista.

Lúcio Flávio de Almeida, ao debater com as três perspectivas analíticas expostas e classificadas por ele, propõe uma leitura diferente, classifica a política implementada e a ideologia propagada pelos governos Lula como “neonacional-desenvolvimentista”⁹. De fato é possível identificar certo “nacionalismo” no discurso que justifica a política neodesenvolvimentista do governo e que serve como cimento ideológico, articulando diferentes as forças sociais presentes na frente neodesenvolvimentista. Como exemplo pode-se citar o discurso da presidente Dilma quando do lançamento do navio Celso Furtado, primeiro navio produzido por um estaleiro brasileiro (Estaleiro Mauá) entregue á Petrobras desde 1997 e batizado com o nome de um dos expoentes teóricos do nacional-desenvolvimentismo, que teve grande influencia na formulação e na definição das políticas implementadas pelo Estado brasileiro durante o governo Kubitschek e Goulart (Gomes e Souza, 2004), apontam para um “neonacional-neodesenvolvimentismo”:

⁹ Segundo Almeida: “é para a política e para ideologia encarnadas pelo governo Lula que reservamos a expressão ‘neonacional-desenvolvimentismo’” (2012: 695).

“A indústria naval, quando o presidente Lula chegou ao governo, estava paralisada. E você via no chão, nos muitos estaleiros que já tinham produzido navio, a grama crescendo por entre as pedras. Isso foi responsabilidade de um momento terrível da nossa história, em que nós tivemos uma das maiores perdas para os trabalhadores do setor metalúrgico do Brasil. E aí, o presidente Lula tomou uma decisão. Nós podemos produzir no Brasil o casco, o navio e a plataforma.(...) O que nós estamos vendo aqui é o seguinte. É que quando os brasileiros e as brasileiras querem uma coisa, eles são capazes. Todos aqueles que trabalham no Brasil sabem que não existe povo mais trabalhador, mais dedicado, mais empenhado, capaz de fazer grandes produções – como navios, aviões, plataformas –, capazes de extrair o petróleo no fundo do mar, na camada lá embaixo, debaixo da camada de sal, o nosso pré-sal (...) Nós estamos conseguindo garantir o emprego. E aqui, eu queria falar uma coisa para vocês, podem ter certeza de uma coisa: nós não vamos permitir, no Brasil, que se exporte empregos para fora, nós não vamos permitir. E não vamos permitir porque o nosso compromisso é com a grandeza deste país. E este país, para ser um país grande, o seu povo tem de ter acesso a emprego” (ROUSSEFF, 2011).

Entretanto, o conteúdo nacional presente nesse discurso aparece de forma bastante rebaixada se comparado ao do nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 e 60, é o “local” da política de compra da Petrobrás, onde não se faz mais distinção entre capital nacional e estrangeiro. Aparentemente, não se tem mais no horizonte o fim dos laços de dependência do Brasil com o imperialismo, é um nacionalismo rebaixado. As políticas implementadas por esse governo estão mais próximas das defendidas pelos técnicos “cosmopolitas desenvolvimentistas”, como Roberto Campos, que no passado apostaram no modelo de associação entre capitais nacionais e estrangeiros (Sola, 1998: 140), em que a industrialização seria alcançada com base na internacionalização de capitais e no apoio do Estado e do que de uma política de fato nacionalista, como a defendida por Furtado e pelos técnicos nacionalistas desenvolvimentistas (Bielschowsky, 2000: 105).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. (2012). Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, São Paulo: Cortez.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando (2002). Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. In: *Revista Idéias*, n. 9 (1).

_____. (2007). Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. In: *Revista de sociologia e política*, n.º. 28.

_____. (2012a). Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, A. e GALVÃO, A. (orgs), *Política e classes sociais dos anos 2000*. São Paulo: Alameda.

_____. (2012b). As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FGV: *Fórum econômico*. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>

BORON, Atilio (2007). Nestor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. In:

Revista Lutas sociais, v. 17/18. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_boron.pdf

CANO, Wilson (2011). Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento. In: Revista FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP - Bauru, v.2, n.1. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/viewFile/65/27>

_____ (2012). A desindustrialização. In *Revista economia e sociedade*, vol.21 n. especial. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400006&script=sci_arttext

CARNEIRO, Ricardo (2010). O desenvolvimento brasileiro pós-crise: oportunidades e riscos. In: *Textos Avulsos do CECON*, n. 04, ago. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311439510.CARNEIRO1.pdf>

CHESNAIS, François (2005). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo.

DUPAS, Gilberto (2004). La nueva lógica global y el impasse de América Latina. In: *Cuadernos del CENDES*. Ano/ v. 21, nº 56.

GOMES E SOUZA, Julia (2004). *Teoria voltada para ação: aspectos do pensamento de Celso Furtado no pré-1964*, dissertação de mestrado, PUC-SP.

GONÇALVES, Reinaldo (2012). Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 112, São Paulo: Cortez.

PAULANI, Leda (2008). *Brasil delivey: servidão financeira e estado de emergência econômico*, São Paulo: Boitempo.

_____ (2012). A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: *Boletim de política internacional*, n. 10, Ipea, abril/junho.

QUIJANO, Aníbal (2004). El laberinto de América Latina: Hay otras salidas?. In: *Revista venezolana de economía y ciencias sociales*. Ano/v. 10, nº. 001, Janeiro-abril.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega do navio Celso Furtado - Niterói/RJ2011*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-do-navio-celso-furtado-rio-de-janeiro-rj/view>

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas decisões políticas*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.